

**COMUNICAÇÃO DE
PROGRESSO 2008**

PACTO GLOBAL



CARIMBO GLOBAL

I – INTRODUÇÃO

A. Palavra da Oficiala

Pioneiro na defesa dos direitos humanos e civis, o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro tem dois grandes motivos para comemorar: o seu aniversário de 70 anos e a sua parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), estabelecida com sua adesão ao Pacto Global e seus respectivos princípios.

Sônia Maria Andrade dos Santos

B. O que é o Pacto Global?

É uma iniciativa desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção refletidos em 10 princípios.

C. Quem pode participar?

Participam empresas e parceiros que adotam um conjunto de valores baseados em leis mundialmente aceitas, formando uma rede de comunicações e ações sociais da maior respeitabilidade, que promove o desenvolvimento sustentável e a cidadania corporativa – um magnífico fórum, onde as empresas trocam informações sobre suas experiências e aprendem umas com as outras, provando que negócios fundamentados em leis universais produzem maior estabilidade, igualdade e inclusão no mercado global.

D. Quais os 10 princípios do Pacto Global?



Princípio 1 : Apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos.



Princípio 2: Não participar da violação dos direitos humanos.



Princípio 3: Respeitar e apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito a negociação coletiva.



Princípio 4: Apoiar a eliminação de toda forma de trabalho forçado ou compulsivo.



Princípio 5: Apoiar a erradicação efetiva do trabalho infantil.



Princípio 6: Eliminar a discriminação de qualquer natureza e práticas disciplinares abusivas.



Princípio 7: Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.



Princípio 8: Promover iniciativas de responsabilidade ambiental.



Princípio 9: Incentivar o desenvolvimento de tecnologias ambientalmente sustentáveis.



Princípio 10: Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

II. Avanços verificados nos 10 princípios do Pacto Global de acordo com a filosofia institucional e social do 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos.




A. Introdução

Foram verificados, após a implantação dos 10 princípios do Pacto Global, avanços no sentido institucional e social, envolvendo nosso comprometimento com causas sociais e ambientais, bem como as certificações de qualidade (Norma ISO 9001) e de responsabilidade social (Norma SA 8000), evidenciados por órgãos nacionais e internacionais.

A1. Nossa missão, nossa visão e nossos valores


O 6º Ofício criou sua missão com o objetivo direcionar seus funcionários a seguir o melhor caminho dentro da organização. Sua missão norteia seus objetivos financeiros, humanos e sociais. Sua visão simplesmente descreve o sonho da organização, é o futuro do negócio e onde a organização espera estar no futuro. Ao definir seus valores, o 6º Ofício destaca seus alicerces para a compreensão das atitudes e das motivações, influenciando a percepção dos indivíduos que fazem parte dele.

OS 10 MANDAMENTOS

-  DESEMPENHAR O TRABALHO COM EXCELÊNCIA;
-  REALIZAR O ATENDIMENTO COM ESMERO;
-  ANTECIPAR E SATISFAZER CADA DESEJO DO CLIENTE;
-  INVESTIR CONSTANTEMENTE EM TECNOLOGIA E MARKETING;
-  NUNCA NEGLIGENCIAR A RESPONSABILIDADE SOCIAL;
-  INOVAR O AMBIENTE DE TRABALHO PARA MANTÊ-LO SEMPRE SAUDÁVEL;
-  VALORIZAR O TRABALHO DE SUPERIORES E IGUAIS;
-  MANTER A CORDIALIDADE, QUAISQUER QUE SEJAM AS CIRCUNSTÂNCIAS;
-  CUMPRIR CADA META QUE ESTABELECEER;
-  TER PERSISTÊNCIA E DEDICAÇÃO MÁXIMA NO TRABALHO.

6º OFÍCIO
REGISTRO DE
TÍTULOS E
DOCUMENTOS

**MISSÃO, VISÃO
& VALORES**



WWW.6RTO-RJ.COM.BR

RUA BUENOS AIRES 56, 4º ANDAR – CENTRO. TEL: 21-2233-7878



A2. Nossa Política da Responsabilidade Social

O 6º Ofício compromete-se em sua política em respeitar os direitos humanos e é o único cartório no mundo já certificado pela SA 8000 (norma internacional que regula a responsabilidade social).

POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL



O 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos compromete-se a prestar serviços de maneira a demonstrar, através de seus processos, uma sólida ética profissional, aderência à legislação vigente, absoluta consideração aos direitos humanos, buscando solicitar os mesmos padrões de seus parceiros e restringindo o relacionamento comercial com qualquer entidade que não compartilhe destes valores primordiais.

OS NOVE REQUISITOS DA SA 8000:



- ▶ **TRABALHO INFANTIL:** O 6º Ofício não se envolve ou apóia a utilização do trabalho infantil (menores de 16 anos). Caso o 6º Ofício venha a utilizar trabalhadores jovens (pessoas com idade entre 16 e 18 anos), as horas combinadas de transporte, período escolar e horário de trabalho, não devem exceder a 10h por dia, bem como não devem estar expostos a situações que sejam perigosas, inseguras ou insalubres.



- ▶ **TRABALHO FORÇADO:** O 6º Ofício não se envolve ou apóia a utilização do trabalho forçado. Os trabalhadores não poderão ter seus documentos retidos ou ser obrigados a fazer depósitos como condição para serem admitidos.



- ▶ **SAÚDE E SEGURANÇA:** O 6º Ofício proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável, que inclui acesso à água potável, banheiros limpos, equipamentos de segurança individuais e coletivos necessários e treinamento para o seu uso, tomando medidas adequadas para prevenir acidentes e danos à saúde.



- ▶ **LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E O DIREITO À NEGOCIAÇÃO COLETIVA:** O 6º Ofício respeita o direito de seus funcionários formarem ou associarem-se a sindicatos, bem como negociar coletivamente, assegurando que não haja represálias.



- ▶ **DISCRIMINAÇÃO:** O 6º Ofício proíbe qualquer atitude de discriminação por raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, sexo, orientação sexual, associação sindical ou política. O 6º Ofício não permite comportamento sexualmente coercitivo, ameaçador, abusivo ou explorativo.



- ▶ **PRÁTICAS DISCIPLINARES:** O 6º Ofício proíbe a utilização de punição corporal, coerção psicológica, física ou abuso verbal em relação aos trabalhadores.



- ▶ **HORÁRIO DE TRABALHO:** O 6º Ofício não aplica aos seus trabalhadores uma jornada de trabalho superior a 44h por semana, sendo permitido no máximo 12h extras semanais remuneradas, garantindo ainda no mínimo um dia de descanso nesse período.



- ▶ **REMUNERAÇÃO:** O 6º Ofício assegura que os salários pagos satisfaçam os padrões mínimos locais, e são suficientes para atender às necessidades básicas dos trabalhadores, permitindo alguma renda extra e que são pagos de maneira conveniente aos trabalhadores.



► **SISTEMA DE GESTÃO:** O 6º Ofício definiu os procedimentos para efetiva implementação da administração e revisões dos comprometimentos da SA 8000, designando funcionários responsáveis por manter dados, encaminhar preocupações e tomar medidas corretivas.

A3. Nosso Regimento Interno

Criado pela Oficiala do 6º Ofício, o regimento interno é um conjunto de regras estabelecidas para regulamentar o funcionamento do cartório.

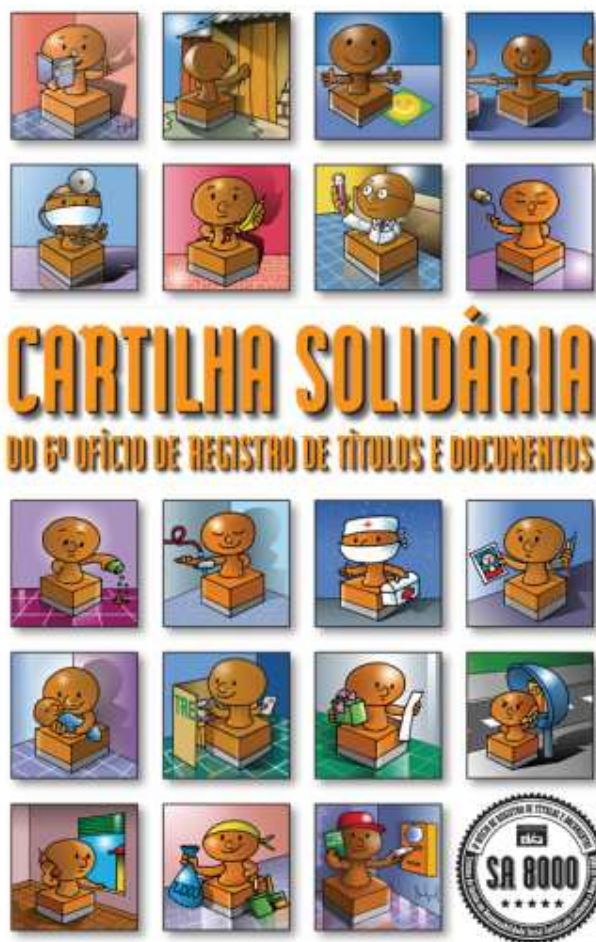
Todo colaborador recebe, na sua admissão, um exemplar do Regimento Interno e deve observar circulares, ordens de serviço, avisos, comunicados e outras instruções expedidas pela Direção do Cartório.



* SÚMARIO	
CAPÍTULO 01	
DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	02
CAPÍTULO 02	
DAS RESPONSABILIDADES DO COLABORADOR	02
CAPÍTULO 03	
DO HORÁRIO DE TRABALHO	03
CAPÍTULO 04	
DA MARCAÇÃO DE PONTO	04
CAPÍTULO 05	
DAS AUSÊNCIAS E DOS ATRASOS	04
CAPÍTULO 06	
DO PAGAMENTO	05
CAPÍTULO 07	
DAS FÉRIAS	05
CAPÍTULO 08	
DAS LICENÇAS PREVISTAS EM LEI	05
CAPÍTULO 09	
DAS PROIBIÇÕES	06
CAPÍTULO 10	
DAS RELAÇÕES HUMANAS	07
CAPÍTULO 11	
DA SEGURANÇA	07
CAPÍTULO 12	
DAS PENALIDADES	10
CAPÍTULO 13	
DISPOSIÇÕES GERAIS	11

A4. Nossa Cartilha Solidária

Através da cartilha solidária, o cartório desenvolve uma linguagem de fácil entendimento para comunicar a responsabilidade social implantada, bem como dicas de saúde, solidariedade e cidadania.



A5. Nosso Código de Ética

O objetivo deste código é definir não só os princípios que devem orientar o trabalho e as relações na empresa, como também a conduta ética de cada profissional do cartório.

II. OS 10 PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

B1. Princípio 1

“Apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos”.



Projeto: Registro de Documentos em Ação.

Uma Parceria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e do Cartório do 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos.

Todos têm o direito a um lugar adequado para viver. Isto significa que todas as pessoas têm o direito humano a uma moradia segura e confortável, localizada em um ambiente saudável que promova a qualidade de vida dos moradores e da comunidade. Nesta afirmação estão incluídas as pessoas que moram nas favelas.

O Projeto

Idealizado por Sônia Maria Andrade dos Santos, oficiala do 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, o projeto tem como objetivo proporcionar o direito à moradia, que está vinculado a outros direitos humanos. Sem um lugar adequado para se viver, é difícil manter a educação e o emprego, a saúde fica precária e a participação social fica impedida. Apesar da centralidade da habitação na vida de todas as pessoas, poucos direitos humanos têm sido tão freqüentemente violados.

A participação dos parceiros é imprescindível para a realização do Projeto Registro de Documentos em Ação: a **Defensoria Pública** que garante a gratuidade para a emissão dos títulos, baseada na Lei Federal nº 1.060 de 1950, presta esclarecimento, soluciona e resolve os problemas jurídicos imediatos da comunidade; os **Ofícios de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro**, a saber: 1º RTD, 2º RTD, 3º RTD, 4º RTD, 5º RTD e 6º RTD, que têm como atribuição a realização do registro da declaração de posse, baseados na Lei Federal nº 6.015 de 1973; e o **Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário**, instituição sem fins lucrativos, que congrega voluntários para fazer parte dos mutirões, de acordo com seu compromisso com a Responsabilidade Social. A união desse grupo realiza o sonho da comunidade de baixa renda: o registro gratuito da declaração de posse.

A comunidade do Cantagalo foi escolhida para a implantação do projeto piloto. Após sua estréia, o projeto já foi aplicado na comunidade do Pavão-Pavãozinho e em

todas as do Alto da Boa Vista (Açude, Fazenda, Biquinha e Furnas). Atualmente, prioriza as comunidades do Complexo de Mangueiros e do Complexo do Alemão, ambos situados no Rio de Janeiro.

Idealização:

Sônia Maria Andrade Dos Santos
Oficiala do 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos

Realização:

*Celina Maria Bragança Cavalcanti
Corregedora Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro
*Maria Lúcia de Pontes
Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro
Coordenadora do Núcleo de Terras e Habitação

Apoio:

Sônia Maria Andrade dos Santos
Presidente do Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário
Presidente da Associação de Registradores de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro

Ofícios Associados:

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos
2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos
3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos
5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos
6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos

 **Audiência Pública em Brasília**

Registro gratuito de posse pode ser estendido a todo o País

O deputado Filipe Pereira (PSC-RJ) sugeriu, no dia 26/11/2008, que fosse estendida a todo o País uma experiência bem-sucedida de registro gratuito de posse de moradias em comunidades carentes do Rio de Janeiro: é o projeto, patrocinado pela [Defensoria Pública](#) e pelo Cartório do 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, que permitiu desde 2005 a emissão de cerca de 3.651 declarações de posse em favelas da capital fluminense. A iniciativa foi debatida em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Urbano.

O projeto foi inicialmente implantado na comunidade do Cantagalo e depois estendido às áreas do Pavão-Pavãozinho e do Alto da Boa Vista (Açude, Fazenda, Biquinha e Furnas). Atualmente, ele está sendo oferecido aos moradores dos complexos do Alemão e de Mangueiros, todos no Rio de Janeiro.

Segundo a titular do 6º Ofício, Sônia Maria Andrade, o que é levado a registro é uma declaração de que determinada pessoa detém a posse de certo imóvel. O registro permite que os moradores daquelas comunidades tenham um documento oficial, lavrado em cartório, para assegurar a situação de posse. Ele pode ser usado para o registro definitivo de propriedade ou mesmo para processos de indenização em caso de desapropriação, como vem ocorrendo por causa das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Segurança jurídica

Em geral, não há segurança jurídica nas negociações de imóveis em comunidades como as favelas do Rio de Janeiro, já que elas são registradas apenas nas associações de moradores. Conforme ressaltou a defensora pública Maria Lúcia Pontes, a questão envolve um debate sobre a diferença entre posse e propriedade. Segundo ela, há uma batalha diária em que a posse normalmente não é reconhecida.

Com o registro de posse em cartório, que é um direito previsto em lei, a situação passa a ser diferente. O cidadão, de acordo com a defensora, pode usar o registro para mostrar que a sua posse da moradia é um fato publicamente reconhecido.

Emenda

A idéia do deputado Filipe Pereira é incluir essa modalidade de regularização de posse numa emenda ao Projeto de Lei 3057/00, que disciplina o parcelamento do solo em áreas urbanas. A proposta está pronta para entrar na pauta do Plenário da Câmara desde dezembro de 2007, quando foi aprovada em comissão especial.

O deputado considera importante incluir o dispositivo na futura lei para criar mecanismos que assegurem, no processo de regularização, uma melhor caracterização da posse. Ele acredita que, assim, a experiência carioca poderá ser levada a outras cidades com apoio do governo federal.

Informalidade

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), 70% das pessoas no mundo têm a posse mas não a propriedade formal do imóvel onde residem.

O coordenador do Instituto de Registros de Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas do Brasil, Daniel de Paula Pessoa, disse que essa informalidade ocorre em todas as classes sociais. "No Brasil, é grande a diferença entre o número de imóveis e o número de matrículas nos cartórios. Há pessoas que vivem há 80 anos em um lugar sem ter a certidão da posse", observou.

Registro da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)

O **"Projeto Registre seus Documentos"** tem como objetivo viabilizar a sociedade carioca o acesso ao Registro Público por caminhos menos burocráticos e mais eficazes. O projeto visa acima de tudo, o resgate a cidadania.

Ser cidadão é poder reivindicar e usufruir todos os direitos civis e políticos que se têm, partindo dessa afirmação, divulgamos nosso folheto **"Carteira de Trabalho e Previdência Social"**, o documento mais importante de toda a pessoa física que presta algum tipo de serviço, seja na indústria, no comércio ou até mesmo em um domicílio.

Devido às últimas notícias alarmantes de Santa Catarina, onde muitas pessoas perderam seus documentos nas enchentes e desabamentos, nós do 6º Ofício

gostaríamos de incentivar o registro da “Carteira de Trabalho e Previdência Social”, pois se o cidadão, por qualquer motivo perdê-la, o que pode ser feito?

Bem, o cidadão terá muito trabalho para conseguir comprovar juridicamente seu tempo de contribuição junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, tendo que visitar todas as empresas onde trabalhou e, levar entre 3 e 7 testemunhas quando fizer seu pedido de justificação administrativa, numa agência do INSS.

Se o documento for levado ao Cartório de Títulos e Documentos, você terá o seguro eterno da **“Carteira de Trabalho e Previdência Social”**, através de uma certidão oficial, com mesma validade do documento original, em 24 horas.

O documento é registrado em nossa Central de Registro de Documentos – CERD, situada à Rua do Carmo 57 loja A, Centro – Rio de Janeiro.

B2. Princípio 2:

“Assegurar-se da não participação das violações dos direitos humanos”.

Alguns convênios foram firmados com órgãos que primam pela não violação dos direitos humanos, a saber:

Convênio com a Defensoria Pública.

Órgão do Estado encarregado de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Está prevista na Constituição (art. 134) e foi organizada pela Lei Complementar 80/94. São funções institucionais da Defensoria Pública, entre outras:

- promover, extrajudicialmente, a conciliação entre as partes em conflito de interesses;
- patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública;
- patrocinar ação civil;
- patrocinar defesa em ação penal;
- exercer a defesa da criança e do adolescente;
- atuar junto aos estabelecimentos policiais e penitenciários, visando assegurar à pessoa, sob quaisquer circunstâncias, o exercício dos direitos e garantias individuais;
- assegurar aos seus assistidos, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, o contraditório e a ampla defesa, com recursos e meios a ela inerentes;
- atuar junto aos juizados especiais cíveis;
- patrocinar os direitos e interesses do consumidor lesado.

Convênio com a Un-Habitat.

O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT) é uma agência especializada da ONU dedicada à promoção de cidades socialmente e ambientalmente sustentáveis, de maneira a que todos os seus residentes disponham de abrigo adequado.

Convênio com o SESC-Ramos.

O SESC, mantido pelos empresários do comércio de bens e serviços, é uma entidade voltada para o bem-estar social de sua clientela. Atua nas áreas da Educação, Saúde, Lazer, Cultura e Assistência.

Uma de suas características marcantes é a promoção de valores maiores, como o exercício da cidadania, o amor à liberdade e à democracia, o apoio aos menos favorecidos, oferecendo-lhes, através da educação, meios para a conquista de melhores condições de vida.

Convênio com o Grupo Arco-Íris.

O Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual (GAI) é uma associação civil sem fins lucrativos fundada em 21 de maio de 1993. O Grupo Arco-Íris é pessoa jurídica de direito privado, não tendo vinculação a nenhum partido político, grupo religioso ou qualquer organismo ou entidade cujos fins específicos não digam respeito a conscientização e emancipação homossexual.

Calendários Institucionais

Foram produzidos 10.000 calendários em dezembro de 2008 com a divulgação dos 10 princípios do pacto global.

Carta aberta para todos os segmentos da sociedade dando conhecimento da adesão do 6º Ofício ao Pacto Global.

A mala-direta enviada pelo 6º Ofício foi de aproximadamente 5.000 clientes, comunicando nossa adesão, bem como incentivando a adesão ao Pacto Global.

B3. Princípio 3:

“Respeitar e apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito a negociação coletiva”.

O 6º Ofício apóia o Princípio 3 do Pacto Global através de sua política da responsabilidade social, sendo auditado semestralmente por uma empresa certificadora (BVQI), que dentre outros assuntos, verifica se o cartório respeita e apóia a liberdade de associação e negociação coletiva dos seus empregados.

B4. Princípio 4:

“Apoiar a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsivo”.

O 6º Ofício apóia a eliminação do trabalho forçado e segue a legislação vigente, comprometendo-se em não aplicar uma jornada de trabalho superior a 44 horas semanais e sendo permitido no máximo 12 horas extras semanais remuneradas, garantindo ainda no mínimo um dia de descanso nesse período.

B5. Princípio 5:

“Apoiar a erradicação efetiva do trabalho infantil”.

O 6º Ofício apóia a erradicação do trabalho infantil e solicita de seus fornecedores o mesmo padrão, restringindo o relacionamento comercial com qualquer entidade que não compartilhe deste valor.

B6. Princípio 6:

“Eliminar a discriminação de qualquer natureza e práticas disciplinares abusivas”.

O 6º Ofício apóia a eliminação de quaisquer práticas discriminatórias e práticas disciplinares abusivas. Em suas auditorias externas, o auditor realiza reuniões individuais e reservadas com os funcionários visando o sigilo absoluto no caso de alguma constatação com relação ao descumprimento deste princípio.

Parada GLBT – Rio 2008

O 6º Ofício apoiou em 12 de outubro a Parada GLBT – Rio 2008 em Copacabana divulgando o folheto de Pacto de Convivência Homoafetiva – que é um acordo informal no qual duas pessoas do mesmo sexo assumem juridicamente seu relacionamento, para garantirem a justa partilha ou herança do seu patrimônio comum.

Embora a legislação brasileira não admita o casamento entre pessoas do mesmo sexo, forçoso é reconhecer que, da convivência assim estabelecida, surjam direitos e deveres, sobretudo de ordem patrimonial, sendo que, em alguns casos, a Justiça Brasileira vem sendo provocada para pronunciar-se acerca dos efeitos decorrentes da sucessão mortis causa, ou em razão da extinção da própria convivência.

Dia das Crianças

O 6º Ofício realizou no dia 12 de outubro de 2008 uma festa em comemoração ao dia das crianças para os internos da Casa Maria de Magdala – instituição sem fins lucrativos que cuida de 15 crianças portadoras do vírus HIV.

Natal sem Preconceito

O 6º Ofício, em parceria com o Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário, realizou uma festa de Natal no dia 13 de dezembro de 2008, com o intuito de arrecadar leite em pó, roupas e brinquedos para as crianças que fazem tratamento de câncer no Hospital Mário Kröeff, na Penha Circular, Rio de Janeiro.

B7. Princípio 7:

“Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais”.

 A papelaria do 6º Ofício é toda feita em papel 100% reciclado.

B8. Princípio 8:

“Promover iniciativas de responsabilidade ambiental”.

ONG Doe seu Lixo

O 6º Ofício realiza uma parceria com a *ONG Doe seu Lixo*, doando papéis e plásticos para serem reciclados. Tal ONG emprega, através de sua cooperativa, trabalhadores que tiravam seu sustento dos lixões e que hoje possuem uma renda formal.

Cartuchos

O 6º Ofício vende seus cartuchos e o dinheiro arrecadado é doado para o Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário que ajuda instituições voltadas para a velhice desamparada, crianças com o vírus HIV e crianças com câncer.

Pilhas

O 6º Ofício incentiva seus funcionários a efetuarem doações de pilhas no Banco Real.

Óleo Vegetal

O 6º Ofício promove campanhas de incentivo para que seus funcionários efetuem doações para a empresa Disque óleo vegetal.

B9. Princípio 9:

“Incentivar o desenvolvimento de tecnologias ambientalmente sustentáveis”.

Conferência Internacional Ethos

O 6º Ofício participou da Conferência Internacional Ethos, entre 27 a 30 de maio de 2008, no Palácio de Convenções do Parque Anhembi (SP), da primeira edição da Mostra de Tecnologias Sustentáveis.

B10. Princípio 10:

“Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina”.

Palestra

O 6º Ofício promoveu no dia 18 de fevereiro de 2008, no Centro de Convenções do RB1, a palestra “Contrato de Alienação Fiduciária – Como Resguardar os Direitos dos Consumidores?” com o Deputado Federal Celso Russomanno. O objetivo do evento foi esclarecer o consumidor da importância de ter o seu contrato assinado e registrado, evitando assim a sonegação fiscal.

Fiscalização

O 6º Ofício, em parceria com a Defensoria Pública, no projeto Registro de Documentos em Ação, incentiva a sociedade a fiscalizar a atuação do governo no PAC – Plano de Aceleração do Crescimento.

III. CONCLUSÃO

CARTA ABERTA

É impressionante a velocidade com que se vêm propagando, pelo mundo civilizado, dois movimentos antagônicos da sociedade: avanço e retrocesso.

O movimento de avanço resulta da atitude respeitosa e cooperativa das pessoas e empresas que já tomaram consciência de seu papel de agentes transformadores da sociedade e do meio-ambiente, e sabem que precisam salvaguardar a Humanidade e o planeta que ela habita. Essas pessoas acatam os direitos humanos e preservam a natureza.

O movimento de retrocesso decorre do comportamento ferozmente predatório e egocêntrico das pessoas e empresas ainda inconscientes desse seu papel, que não compreendem nem respeitam os direitos humanos e agredem brutalmente o nosso meio-ambiente: destroem a natureza – poluindo o ar, esgotando os mananciais e os cursos d’água, ameaçando a biodiversidade, causando mudanças climáticas e assim contribuindo para o aquecimento global – e criam condições de vida sub-humanas para milhões e milhões de seres humanos em todo o mundo – condenando-os à mais sórdida miséria, depauperando sua saúde e sua qualidade de vida – , pondo em risco, em última instância, a sobrevivência da humanidade e do próprio planeta.

Embora a responsabilidade social venha sendo assumida e priorizada por um número crescente de indivíduos, comunidades, empresas e governos, esse quadro deprimente ainda é agravado por propostas, projetos e estatísticas cruéis, acarretados pelos interesses do grande capital – como, por exemplo, o projeto de transposição do Rio São Francisco; a construção da usina nuclear de Angra III e das usinas hidrelétricas do complexo do Rio Madeira (Rondônia), Belo Monte (Pará) e Estreito (Tocantins/Maranhão); o recrudescimento da prostituição e do abuso infantil; o aumento do número de trabalhadores presos no campo; o assassinato de pessoas envolvidas em ações humanitárias; a não-implementação de ações eficazes de reforma agrária e de geração de renda para as populações carentes; e a não-aprovação da PEC 438/2001.

É imperioso adotarmos atitudes, posições e comportamentos de cooperação global, no Brasil. O Presidente Lula foi o primeiro a pontuar-nos isso, tendo sempre agido desse modo. Assim sendo, o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, consciente desse estado de coisas e pioneiro na defesa dos direitos humanos e civis, decidiu, portanto, juntar suas forças às da ONU e aderir ao Pacto Global.

O Pacto Global é uma notável iniciativa voluntária de empresas e parceiros que adotam um conjunto de valores baseados em leis mundialmente aceitas, formando uma rede de comunicações e ações sociais da maior respeitabilidade, a qual vem promovendo o desenvolvimento sustentável e a cidadania corporativa – um magnífico fórum, onde as boas empresas podem trocar experiências e aprender umas com as outras, provando que negócios fundamentados em leis

universais produzem maior estabilidade, igualdade e inclusão no mercado global, ajudando a formar sociedades mais prósperas e felizes.

Os elementos preconizados pelo Pacto Global como essenciais à boa prática de negócios são dez, a saber: visão, liderança; recursos; políticas e estratégias; influência na sociedade; influência sobre as pessoas; influência sobre distribuidores, clientes e fornecedores; processos e inovações; engajamento de investidores e setor financeiro; e atribuição de poder (*Empowerment*).

São dez, também, os seus princípios:

Princípio 1: Apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos;

Princípio 2: Não participar da violação dos direitos humanos;

Princípio 3: Respeitar e apoiar a liberdade de associação

e o reconhecimento efetivo do direito a negociação coletiva;

Princípio 4: Apoiar a eliminação de toda forma de trabalho forçado ou compulsivo;

Princípio 5: Apoiar a erradicação efetiva do trabalho infantil;

Princípio 6: Eliminar a discriminação de qualquer natureza e práticas disciplinares abusivas;

Princípio 7: Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;

Princípio 8: Promover iniciativas de responsabilidade ambiental;

Princípio 9: Incentivar o desenvolvimento de tecnologias ambientalmente sustentáveis;

Princípio 10: Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

O Pacto global constitui a maior iniciativa cidadã de empresas voluntárias que já existiu. Lançado em 2000, em fevereiro de 2007 englobava mais de 3.000 empresas participantes, de 100 países, e cerca de 700 sociedades civis internacionais e organizações do trabalho.

As empresas que se integram ao Pacto Global assumem o compromisso de ajustarem todos os seus processos operacionais, administrativos, estratégicos, culturais e de rotina aos dez princípios supracitados (o envolvimento pessoal da alta direção é fundamental para que os empregados e outras empresas investidoras entendam que o engajamento é prioridade operacional e estratégica); de publicarem um relatório anual, explicando como vêm mantendo seu compromisso com o Pacto Global; e de divulgarem o Pacto em veículos de comunicação – impressos, conferências, etc.

Todos nós que compomos o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, temos um profundo amor pelo ser humano, pelo Brasil – nosso país – e pelo nosso planeta azul. Por isso, estamos muito contentes por estarmos no Pacto Global: ele fortalece nossa convicção de que todos os seres humanos terão garantidos, um dia, sua dignidade e seus direitos fundamentais; de que em nosso país reinará a igualdade; e de que nosso planeta continuará azul.

Precisamos ter sempre em mente as sábias palavras de Aristóteles, fadadas à eternidade: "*Nós somos o que fazemos repetidamente; a excelência não é um feito, e sim, um hábito.*" E hábitos, bem o sabemos, podemos todos mudar.

Sônia Maria Andrade dos Santos
Oficiala